

## MUITO ALÉM DO ARCO-ÍRIS. A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO

Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado  
Universidade Federal de Minas Gerais e Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

### Resumo

O presente trabalho enfoca a constituição de identidades coletivas em torno da Parada do Orgulho LGBT de Belô (Belo Horizonte – MG). Foram analisados processos transformativos que implicam na formação de alternativas políticas que objetivam a equivalência dos direitos e a efetivação dos princípios de cidadania para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Discutimos a especificidade destas experiências na cidade de Belo Horizonte, tentando apreendê-las prioritariamente no movimento que vai da sociedade civil para os espaços político-institucionais, sem perder de vista o movimento contrário. A partir de uma retrospectiva histórica das dez primeiras edições do evento e das ações da militância local neste período, analisam-se a passagem para sentimentos de injustiça e conscientização dos direitos sociais e a formação de fronteiras políticas no contexto de uma emergente comunidade LGBT. A partir da análise da estrutura de oportunidades políticas e da constituição de identidades coletivas, investigamos as estratégias de enfrentamento que se estruturam neste cenário político, a diversidade de atores com que estes movimentos dialogam, bem como as contradições e conflitos que daí derivam. Foram utilizadas metodologias qualitativas variadas, tais como entrevistas (individuais e coletivas), observação participante (cédulas e diário de campo) e análise documental. Nossos resultados apontam para uma assimilação dos movimentos sociais pelos espaços e lógicas institucionais.

**Palavras-chave:** Psicologia Política; Movimentos Sociais; Identidade Coletiva; Movimento LGBT; Parada LGBT

## MUITO ALÉM DO ARCO-ÍRIS. A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO

### 1. Introdução

Este trabalho analisa a constituição de identidades coletivas de grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) na cidade de Belo Horizonte. A pesquisa que originou este artigo centra-se no processo de produção da Parada LGBT de Belo Horizonte<sup>1</sup>, e analisa a formação de identidades coletivas nos diferentes grupos que a organizam. Apresentaremos os elementos que caracterizam as estratégias e concepções políticas que polarizaram a militância na cidade. Consideramos a organização desta ação coletiva desde o seu surgimento, no ano de 1998, até sua décima edição em 2007. Identificamos aspectos psicopolíticos que marcam a atuação do movimento LGBT na cidade, mas que revelam tendências contemporâneas. É importante ressaltar que não tomamos a Parada como um fim em si mesmo. Apesar de sua importância como evento político de massa, concebemos esta ação coletiva como um marcador de relações que se desenvolvem continuamente no cotidiano dos grupos e atores políticos que a organizam, que dela participam ou que com ela antagonizam. Sobretudo nos interessava a rede de relações que utilizam a Parada como um instrumento de mobilização e politização (Machado, 2007).

Como atores de um palco político globalizado, identificamos momentos nos quais a Parada LGBT, os movimentos que a organizam e seus interlocutores acessaram narrativas que dialogam com um discurso hegemônico de valores e atuação política, sendo influenciados por movimentos nacionais e globais. Suas ações e identidades se articulam a estruturas de oportunidades políticas que as influenciam na medida em que inter-relacionam atores de diversos níveis e interesses antagônicos. Entretanto, apesar de reconhecermos a importância dos aspectos globais, os tomaremos em segundo plano. Enfocaremos os atravessamentos políticos particulares para pensarmos a emergência dos antagonismos sociais e as transformações na estrutura de oportunidades políticas relacionadas à cidadania LGBT na cidade de Belo Horizonte. Obviamente, discutir o contexto local, suas especificidades e como se relaciona hierarquicamente às estruturas de oportunidades políticas, oferece elementos para pensar a cidadania LGBT e a politização da sexualidade em contextos mais amplos.

É importante ressaltar que a Parada manteve uma relação intrínseca ao surgimento e desenvolvimento dos movimentos LGBT em Belo Horizonte, o que reafirma sua importância como ação coletiva e como objeto de estudo para compreensão deste campo político. No período analisado, a Parada LGBT de Belo Horizonte foi organizada pelo que os militantes denominavam de Comando da Parada: um fórum de entidades que reunia gru-

---

1 Para acessar os resultados completos ver Machado (2007). Esta pesquisa foi um desdobramento de uma pesquisa anterior (Machado & Prado, 2005). Resultados parciais foram publicados em Machado & Prado (2007). Em Prado, Machado & Carmona (2009) se encontram apontamentos complementares a este texto.

pos com práticas e orientações políticas diversas e, muitas vezes, antagônicas. Pretendemos jogar luz sobre os processos de constituição de identidades coletivas destes grupos. Analisamos como eles negociam suas diferenças na produção de equivalências e antagonismos e de que modo, neste contexto, a sexualidade foi politizada e quais atores participaram destes processos.

Foram utilizadas metodologias qualitativas, sendo o principal recurso metodológico entrevistas semi-estruturadas, totalizando 26 entrevistas com militantes, gestores públicos e parlamentares. Também foram analisados documentos, atas, jornais, sítios de internet e outros materiais produzidos pelos grupos. Para uma maior aproximação das dinâmicas de interação inter e intragrupos, entre os anos de 2004 e 2007, utilizamos metodologias participativas, tais como o diário de campo e a observação participante em reuniões, listas virtuais, seminários e outros eventos. É importante ressaltar que a retrospectiva histórica utilizada para a abordagem das alianças e dos conflitos políticos é um aspecto importante da pesquisa. Porém, em função do espaço, será sintetizada aos seus acontecimentos mais pertinentes à análise.

## 2. Aspectos Históricos dos Movimentos LGBT na cidade de Belo Horizonte

Desde o seu surgimento, em 1998, a Parada LGBT de Belo Horizonte<sup>2</sup> sofreu muitas transformações relacionadas às redes de alianças desenvolvidas pelos grupos militantes, sobretudo com os órgãos governamentais. Este percurso denota perspectivas distintas nas negociações com as políticas institucionais, trazendo implicações determinantes para pensarmos como as identidades coletivas se formaram, quais estratégias foram traçadas e que escolhas políticas foram feitas por estes movimentos no cenário da militância LGBT brasileira. O contexto sócio-político da cidade oferecia pouco espaço para a nascente comunidade LGBT, o que dificultava a socialização e a mobilização política. Apesar disso, em 1998 os grupos organizados provocaram rupturas no cenário político da cidade, realizando atividades importantes, tal como a primeira Marcha do Orgulho Lésbico-Gay.

A Primeira Marcha foi inicialmente idealizada e organizada por uma liderança lésbica, fundadora da Associação Lésbica de Minas (ALEM), influenciada pela marcha que participou no Rio de Janeiro em 1997. Neste momento, havia um contexto de mobilização para a formação de um grupo misto, a Associação de Gays, Lésbicas e Simpatizantes (AMGLS), que reuniu as lideranças que posteriormente formariam os primeiros grupos que afirmaram identidades específicas. Após a parada de 1998, a AMGLS se dividiu em três grupos: A ALEM, o Grupo Guri – Conscientização e Emancipação Homossexual (posteriormente

---

2 Na maior parte das vezes utilizamos o termo *Parada* porque este é o nome mais difundido entre os militantes e no senso comum. Entretanto, inicialmente este evento recebia atribuições como *Marcha* ou *Passeata*, o que já denota uma diversidade de significados que esta ação coletiva traz para os atores que a partir dela interagem. A troca do termo Lésbico-gay por GLBT e posteriormente por LGBT também indica transformações locais que se entrelaçam com debates nacionais e que produzem hegemonias. Para uma descrição mais completa das atividades desenvolvidas por estes grupos e seu percurso histórico ver Machado(2007).

Muito  
além  
do  
arco-íris

M. A. M. Prado  
e  
F. V. Machado

chamado de AGM – Associação Gay de Minas) e a Associação de Travestis e Transexuais de Minas Gerais (ASSTRAV). Outros militantes reivindicaram a idealização da parada, entretanto, foi a ALEM que protagonizou a organização do evento e assinou os projetos de financiamento do Ministério da Saúde até o ano de 2005.

Importante ressaltarmos que a Parada de Belo Horizonte foi a primeira a ser liderada por lésbicas no Brasil. Outro fato importante a ser destacado é o vínculo que a ALEM possuía com grupos de esquerda, tais como sindicatos e o com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Algumas militantes traziam consigo experiências de luta sindical e militância partidária. A fundadora da ALEM chegou a ser candidata (assumidamente lésbica) à senadora em 2002 pelo PSTU. Estes vínculos foram definidores da identidade coletiva do grupo e importantes para o desenvolvimento inicial da parada, tanto influenciando discursos e modos de atuação, como disponibilizando recursos.

## 2.1 Entre a Economia e a Cultura: Classe Social e a Produção de Antagonismos

Marsiaj (2003) argumenta que a noção de classe social é crucial para compreendermos diversos fenômenos sociopolíticos LGBT, inclusive a formação e atuação de grupos militantes. Segundo o autor, “a maioria dos participantes no movimento gay e lésbico no Brasil tendem a ser de classe baixa ou classe média baixa, e muitos líderes de organizações, de classe média” (Marsiaj, 2003:144). Como discute Green (2003), a relação entre demandas LGBT e a esquerda na América Latina não é simples. Embora estes dois motores de interpelação política tenham contribuições mútuas ao longo da história, muitas divergências se deram na hierarquização das prioridades políticas. Marsiaj (2003) levanta a hipótese de que “a histórica ligação entre o movimento gay e a esquerda pode ser uma fonte de contestação a uma estratégia baseada num consumismo exagerado” (p.145). Por outro lado, MacRae (1990) revela a importância do mercado para a constituição de identidades homossexuais menos marginalizadas. MacRae (1990) aponta também como muitos militantes LGBT, assim como negros e feministas, migraram para grupos que militavam em torno de questões identitárias por serem discriminados ou não verem contempladas suas demandas em grupos marxistas.

As relações que se estabelecem entre aspectos simbólicos e estruturais têm se mostrado relevante para a compreensão das desigualdades sociais. Como têm demonstrado vários autores (Souza, 1995; Marsiaj, 2003; Castro, 1992), as relações de injustiça social intercalam múltiplos elementos na formação de identidades. Entretanto, devemos apontar para a segmentação que se produziu entre as discussões de classe, raça, gênero, orientação sexual e as demais formas de opressão social, no sentido de se privilegiarem discursos cada vez mais específicos acerca das desigualdades. Embora estes dilemas possam ser criticados pela insuficiência da noção economicista de classe social, ou ainda, que reconhecimento e redistribuição devem ser discutidos conjuntamente, é importante que se desenvolvam debates sobre a relação entre os diferentes processos de hierarquização social.

A discussão sobre as classes sociais no Brasil começou a incorporar o debate sobre novos movimentos sociais a partir da década de 70, quando a noção de tomada revolucionária do poder deu lugar a uma concepção de atuação política que privilegia a transformação social via mudanças gradativas no cotidiano (Scherer-Warren, 1993). Neste contexto, se fortalece o fenômeno das ONGs (organizações não governamentais) como modelo de organização política supostamente capaz de superar a insuficiência do discurso homogeneizante dos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais tradicionais<sup>3</sup>, bem como a rigidez e burocracia das instituições governamentais.

Uma análise do movimento LGBT no Brasil e no mundo nos mostra como a epidemia de AIDS foi fortemente desarticuladora das políticas de reconhecimento e igualdade, obrigando os poucos grupos sobreviventes a desenvolverem formas de militância indissociadas das políticas de prevenção às DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis), principalmente na década de 1980 (Câmara, 2002). Entretanto, não podemos ignorar que a epidemia também rearticulou muitos grupos e fez emergir outros, com modelos de ativismos mais assistenciais, sobretudo na década de 1990 (Parker, 2002). Esta associação entre políticas LGBT e de prevenção marca, não só a atuação dos grupos, mas também o modo como eles emergem da sociedade civil e se relacionam com o Estado (Facchini, 2005). Os grupos LGBT no Brasil dos anos 1980 e 1990 surgem das políticas de saúde, se estruturando sob o formato de ONG. Até mesmo grupos que não partem das políticas de saúde, acabaram por delas se aproximarem em busca de financiamento e/ou reconhecimento social (Parker, 2002). Esta forma de aproximação com o Estado, associada a uma concepção individualista de inserção social pela via do mercado, cria obstáculos para que os grupos militantes articulem críticas sociais que escapem às suas especificidades e alcancem as hierarquias sociais a partir de leituras políticas que incluam o sistema capitalista e as lógicas de mercado. Estes aspectos que marcam a história e a atuação dos movimentos LGBT no Brasil são determinantes para compreensão dos coletivos que nos propusemos estudar.

## 2.2 Momentos e Rupturas dos movimentos LGBT de Belo Horizonte

Em Belo Horizonte identificam-se experiências políticas antagônicas e que emergem de contextos e demandas distintas, mas que negociaram suas diferenças na organização da Parada. O exemplo mais notável pode ser encontrado na comparação entre a ALEM e o Clube Rainbow de Serviços (CRS) (Machado & Prado, 2005). A ALEM nasce de um contexto mais institucionalizado, estabelecendo relações com partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. Seu campo de atuação, que parte de um objetivo político, é ampliado para atividades de atendimento da população homossexual<sup>4</sup>, mas de forma a manter uma crítica à “política neoliberal e de direita”. Por outro lado, o CRS surge em 2000 por iniciativa de dois casais (um de gays e um de lésbicas) que sentiram a necessidade de formar um

3 Ortiz (2006) aponta que as ONGs, ao se assemelharem a uma empresa, com versatilidade e mobilidade nas ações e nas posições institucionais, se configuram como uma forma de politização adaptada ao modelo de sociedade radicalmente mundializada.

4 Para uma discussão sobre a relação entre representar e atender nos grupos LGBT ver Anjos (2002).

*Muito  
além  
do  
arco-íris*

M. A. M. Prado  
e

F. V. Machado

clube que suprisse uma lacuna nos serviços oferecidos a homossexuais. O CRS ampliou seu campo de ação a partir de uma perspectiva de mercado que visa “atender”, mas que agrega a representação de LGBT a partir da inclusão de demandas sociais no escopo de suas atividades.

A ALEM surge da reinterpretação da experiência de luta sindical e político-partidária, pelo feminismo dos grupos nacionais de Lésbicas. A noção de tomada do poder tinha forte influência no ativismo deste grupo e seu radicalismo, muitas vezes, dificultava o acesso aos espaços políticos governamentais, parcerias com empresas e com a diversidade dos grupos militantes LGBT. Por outro lado, este posicionamento favoreceu parcerias com movimentos sociais de base e também com que suas atividades fossem notadas por grupos feministas internacionais, que passaram a financiar suas atividades.

O Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS) surge com um perfil semelhante, aglutinando membros que eram militantes do PSTU, movimentos estudantis, movimentos ecológicos e outros. O CELLOS foi apoiado pela ALEM<sup>5</sup> desde suas primeiras reuniões, o que reforça a importância da ALEM para o desenvolvimento do movimento LGBT na cidade e a articulação com partidos políticos. Em ambos temos a predominância de classes menos favorecidas, o que contribuiu para que uma discussão sobre a desigualdade socioeconômica e a associação com outros movimentos sociais fizesse parte de sua cultura política. Por exemplo, a ALEM desenvolveu atividades em bairros periféricos e no interior do Estado de Minas Gerais, sempre com um corte de classes orientando suas ações.

Quando tomamos o contexto social e político no qual se desenvolveram os grupos militantes, percebemos duas rupturas importantes. A primeira se dá quando o CRS passa a fazer parte do Comando da Parada<sup>6</sup>, levando com que se formassem oposições políticas demarcadas e entrassem em cena novos atores interessados no crescimento do evento. A presença do CRS e sua intenção de produzir um evento com apelo mais cultural que político, fez com que concepções contrárias se acirrassem. A perspectiva assimilacionista do CRS contribuiu para que fosse construído um novo conjunto de relações, tais como parcerias com casas comerciais e acesso às oportunidades políticas oferecidas pelas instâncias governamentais<sup>7</sup>. Este período, mais ou menos entre 2001 e 2005, é acompanhado por uma diversificação das relações entre grupos na produção do evento. A segunda ruptura se formaliza quando o CELLOS assume a direção da Parada e a ALEM passa a se dedicar à Caminhada das Lésbicas. Este momento, que se inicia em 2005, provocou uma maior profissionalização na produção da Parada e na atuação dos grupos, principalmente do CELLOS. Quando

---

5 Embora estes dois grupos tenham se aproximado das políticas de prevenção para a captação de recursos e inserção institucional, a ALEM e o CELLOS separam a luta em Direitos Humanos do ativismo em DST/AIDS.

6 Obviamente, esta ruptura deve ser compreendida dentro de um enquadramento mais amplo, que envolve mudanças políticas e culturais em várias dimensões. Lembramos que neste período a Parada de São Paulo começa a tomar maiores proporções, a ABGLT se consolidava, começavam a surgir conquistas LGBT nos âmbitos legislativo e judiciário, entre outros aspectos (Facchini, 2005).

7 O CRS teve uma participação fundamental para que a Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania (SMADC) cedesse o espaço para a instalação do Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS), que abrigou a ASSTRAY, quando esta perde sua sede, e o CELLOS-MG, que se reunia em locais emprestados. Posteriormente, este espaço passa a abrigar as reuniões do Comando da Parada. A proximidade com a SMADC foi fundamental para a legitimidade e crescimento da Parada em Belo Horizonte.

falamos de profissionalização queremos sinalizar a otimização de processos de atuação e organizativos (ex. divisão e especialização de funções, hierarquização etc.), que culminaram em uma menor ênfase nas deliberações coletivas.

Neste momento começa a se desenvolver uma rede mais forte e formalizada de aliados políticos externos ao movimento LGBT, o que se relaciona com um aumento substancial na capacidade dos grupos de acessarem espaços institucionais. Foram feitas alianças com políticos, tais como vereadores, deputados, secretários municipais e outros. A nomeação da presidente da ASSTRAV como diretora do Centro de Referência pela Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado de Minas Gerais (CRGLBTIT), sendo a primeira transexual nomeada para cargo público em Minas Gerais, também trouxe visibilidade e novas formas de diálogo com o Estado.

O CELLOS, que até então tinha suas articulações políticas limitadas, por ser crítico aos posicionamentos da grande maioria dos grupos LGBT, passa a desenvolver uma relação mais próxima à Associação Brasileira de LGBT (ABGLT). O então presidente do CELLOS passa a fazer parte da diretoria nacional da ABGLT em 2006. A Parada passa a seguir a pauta da ABGLT, o que definia a temática do evento (ver as temáticas de 2005 e 2006 no quadro abaixo) e influenciava procedimentos e discursos. Neste período, o presidente do CELLOS é contratado pela Coordenadoria de Direitos Humanos (CMDH) para trabalhar com a temática LGBT. Este trabalho culminou com a aprovação de um projeto, no âmbito do Programa Brasil sem Homofobia, que institucionalizou e destinou recursos do governo federal para a contratação de profissionais para o Centro de Referência da Diversidade Sexual (CRDS), que passou a se chamar Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CRGLBT)<sup>8</sup>.

O interesse das universidades pelas discussões LGBT também cresce neste período. Pesquisas começam a estudar os movimentos sociais e temas relacionados. Aumenta o trânsito de militantes que vão para as universidades e de pesquisadores que vão para a política. Nos anos de 2005 e 2006 o Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais (NPP/UFMG) realiza uma pesquisa com os participantes da Parada (Prado, Rodrigues & Machado, 2006). Em dezembro de 2006 surge o Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG (NUH).

Todo este processo influenciou a constituição das identidades coletivas e suas formas de interação. Este processo envolve marcos históricos que alteraram a estrutura de oportunidades política culminando em novos posicionamentos dos grupos LGBT da cidade, sobretudo, em relação ao Estado. Embora esta nova configuração mantenha alguns pontos do antigo ideário político, as identidades políticas e coletivas que se articulam em torno da Parada alteraram consideravelmente os caminhos pelos quais suas ações buscavam atingir resultados (Prado, Machado & Carmona, 2009). No quadro abaixo sistematizamos os acontecimentos históricos e políticos para visualizarmos as transformações pelas quais passaram os movimentos sociais, a organização da parada e as redes estabelecidas:

---

8 Nota-se na transição dos nomes, um enfoque nas especificidades das identidades, já que o nome CRGLBT enfatiza categorias identitárias fixas, recusando o termo diversidade sexual. Para uma discussão acerca do Programa Brasil sem Homofobia e do CRLGBT ver Machado, Fonseca & Nascimento (2007).

*Muito  
além  
do  
arco-íris*

M. A. M. Prado  
e  
F. V. Machado

Ano	1998	1999	2000	2001	2002
Grupos envolvidos na organização	ALEM/AMGL S (Associação Triângulo Rosa)	ALEM / GURI	ALEM/GURI/AS STRAV	ALEM/GURI/AS STRAV/CRS/ MGM/MHM-Betim	ALEM/GURI/AS STRAV/CRS/ CELLOS
Temática/Lema/Bandeira	-	-	-	-	-
Nº. Participantes	50	150	800	3.000 – 5.000	10.000 – 15.000
Acesso às Instituições Governamentais	Nenhum acesso.	Apoio de Vereadores.	Acesso às instituições governamentais apenas através de Vereadores. Aprovação da Lei Municipal 8.176	Apoio da BELOTUR; SMADC; Programa DST/AIDS da PBH.	Além dos apoios conquistados nos anos anteriores, os grupos passam a ocupar o Centro de Referência da Diversidade Sexual e a estrutura da SMADC
Aliados Políticos	PSTU / Sindicatos / Vereador	PSTU / Sindicatos / Vereadores		PSTU e Sindicatos / Vereadores / Deputados / Alguns órgãos governamentais começam lentamente a cooperar (BELOTUR, SMADC, Programa DST/AIDS da PBH)	PSTU e Sindicatos / Vereadores / Deputados / SMADC / Bares e Boates
Principal fonte de financiamento	Apoio dos aliados e recursos particulares de militantes			Apoio dos aliados, doações de casas comerciais GLBT's e recursos particulares de militantes	Apoio dos aliados, doações de casas comerciais GLBT's e recursos particulares de militantes
Dinâmica Interna de Organização	Pouca definição de papéis, conflitos organizacionais pouco ideológicos e mais personalistas. Segmentação das especificidades em grupos separados. Início de uma tradição de ações coletivas articuladas pelos grupos (Comando da Parada).			Oposições ideológicas entre ALEM e CRS. Enfoque democrático nas deliberações grupais.	Oposições ideológicas entre ALEM e CRS, desentendimentos e rompimento de relações.
Problemas / Adversários / Fatos Marcantes	Registro do Grupo GURI / Desmembramento da AMGLS	Registro da ALEM e da ASSTRAV	Registro do CRS. Aprovação da Lei Municipal 8.176*	ALEM conquista sede própria	Aprovação da Lei Estadual 14.170*.

\* Leis que ampliam os direitos LGBT. A lei 8.176, de alcance municipal, estabelece penalidade para estabelecimento que discriminar pessoas em virtude de sua orientação sexual na cidade de Belo Horizonte. A lei 14.170, de alcance estadual, determina a imposição de sanções a pessoas jurídicas por ato discriminatório praticado contra pessoas em virtude de sua orientação sexual, em todo o estado de Minas Gerais. Além das penalidades estabelecidas, estas leis abrem brechas para a criação de centros de referência municipal (CRLGBT) e estadual (CRLGBT\*TT).

LEGENDA: **ALEM** – Associação Lésbica de Minas | **CELLOS** – Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual | **ASSTRAV** – Associação de Travestis e Transexuais de Minas Gerais | **AMGLS** – Associação de Gays, Lésbicas e Simpatizantes (Associação Triângulo Rosa) | **MGM** – Movimento Gay de Minas (Juiz de Fora) | **CRS** – Clube Rainbow de Serviços | **MHM** – Movimento Homossexual de Minas | **GGBH** – Grupo Gay de Belo Horizonte | **SMADC** – Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania | **CRP** – Conselho Federal de Psicologia | **PSTU** – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado | **ABGLT** – Associação Brasileira de LGBT | **NPP (UFMG)** – Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais | **CRGLBT** - Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais | **CRLGBT\*TT** - Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Minas Gerais | **GAPA-MG** – Grupo de Apoio e Prevenção Contra a AIDS | **COMOVEEC** – Comissão de Monitoramento da Violência em eventos Esportivos e Culturais | **BELOTUR** – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte | **NUH** – Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG.



Nesta tabela podemos observar mais gradativamente os perfis de militância que se consolidaram nas duas rupturas que descrevemos. Entre outras coisas, identifica-se o aumento do número de participantes da Parada e a aproximação da organização do evento com instituições governamentais. Paralelamente, percebemos que quando uma liderança importante da ALEM cancela sua filiação ao PSTU, este partido deixa de apoiar o evento e, neste contexto, o apoio dos sindicatos começa a perder a centralidade para o apoio de atores como o Conselho Regional de Psicologia (CRP), a BELOTUR e o NPP. A Prefeitura da cidade, através de suas secretarias (sobretudo a SMADC e a Secretaria de Saúde), começa a apoiar o evento e o Ministério da Saúde passa a contribuir política e financeiramente. Em 2005 o Ministério da Cultura abre um edital de financiamento para Paradas, o que é seguido por uma diversificação das fontes de recursos para os movimentos LGBT no país.

Não podemos perder de vista que o percurso descrito neste quadro se dá no contexto de um crescimento do movimento LGBT em todo o país, a partir do qual a ABGLT fortaleceu sua rede de influência e cooperação<sup>9</sup>. Em 2004 o movimento LGBT amplia sua legitimidade com a formulação do Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH) (Brasil, 2004). Além de oferecer ferramentas e respaldo político para atuação e mobilização, o PBSH formaliza diretrizes para que os poderes governamentais locais sejam pressionados a aplicar seus princípios nas políticas públicas. A vitória de Luís Inácio Lula da Silva para presidente em 2002 abriu brechas importantes na estrutura de oportunidades políticas para a incidência dos movimentos sociais. É importante destacar também a publicação dos Princípios de Yogyakarta, que apresenta princípios básicos para orientar os Estados na efetivação dos direitos humanos para a população LGBT (ONU, 2006).

Nos últimos anos analisados por esta pesquisa, as demandas LGBT passaram a ocupar os debates sobre Direitos Humanos. Os movimentos LGBT foram conquistando legitimidade política junto a outros atores da sociedade civil. Neste contexto a ALEM e o CELLOS cresceram em número de integrantes e acesso a recursos. Os demais grupos ou deixaram de existir ou seguiram com pouca mobilização e visibilidade. Ao mesmo tempo, surgem novos grupos nas cidades vizinhas que passam a fazer parte do cenário da militância local e a realizar paradas em outras cidades do estado de Minas Gerais.

A descrição histórica dos grupos estudados foi orientada no sentido de identificar aspectos da constituição das identidades coletivas, tais como sentimentos de pertencimento, práticas sociais grupais (cultura política), valores, crenças e interesses compartilhados, estabelecimento de redes sociais e relações intra e entre grupos (Prado, 2002). Para o estudo das identidades coletivas, seja nos pequenos grupos, seja na articulação entre eles na produção de alianças e ações coletivas, nos orientamos pela perspectiva de Melucci (1996), que argumenta que uma identidade coletiva deve ser explicada pelos conflitos que subjazem à precária formação social que se manifesta como uma unidade. A emergência e a superação de conflitos na organização da Parada nos informaram sobre a trajetória através da qual as identidades coletivas negociaram a visibilidade de suas demandas na organização desta

---

<sup>9</sup> É importante ressaltarmos que a ABGLT não totaliza o movimento LGBT nacional, ao contrário, dissidências como a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e a Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY) apontam conflitos que questionam a hegemonia da ABGLT, seja nas hierarquias identitárias produzidas em seu interior, seja nas estratégias políticas e formas de atuação que desenvolve.

*Muito  
além  
do  
arco-íris*

M. A. M. Prado  
e  
F. V. Machado

ação coletiva. Além disto, este percurso indica um perfil de militância que se hegemonizou em Belo Horizonte e que, apesar de suas particularidades, reproduzem padrões que ultrapassam o contexto local e apontam para novos conflitos organizadores da ação política.

Destaca-se a importância do que nomeamos como um “discurso de esquerda” para compreendermos como a Parada e alguns grupos que a organizam se estabeleceram na cidade, buscando politizar a sexualidade na produção de antagonismos sociais. O perfil dos militantes dos grupos que se estabeleceram na cidade e seu comprometimento com os “compromissos da esquerda”, o rechaço à mercadorização da Parada, entre outros aspectos, levaram com que os movimentos organizados se aproximassem do Estado e das Políticas Públicas no desenvolvimento de suas ações. Em parte, estas articulações institucionais trouxeram novos pontos de politização e visibilidade da militância, sobretudo nos espaços estatais. Porém, os grupos organizados foram sendo assimilados e diminuíram sua capacidade de interpelação, já que estes espaços são controlados por regras, procedimentos institucionais e mecanismos burocráticos que limitam as possibilidades de enfrentamento, sobretudo das lideranças que se envolveram diretamente com órgãos governamentais. Além disto, os discursos sobre desigualdades sociais, que enriqueciam os debates acerca das hierarquias e desigualdades sexuais, perderam força para uma tradução do discurso da opressão em um discurso de defesa dos Direitos Humanos focada na especificidade LGBT. Estas transformações deixam dúvidas quanto a capacidade destes movimentos em produzirem novos antagonismos que apontem para ações contra-hegemônicas nos espaços que passaram a ocupar.

Ressalta-se que isto se dá em um momento no qual a relação dos movimentos sociais com o Estado é marcada pela ampliação da assimilação, em grande medida motivada por ações do governo federal, dos discursos militantes para a adesão a um discurso popular hegemônico que tende a neutralizar divergências. Vemos que as políticas que promovem o reconhecimento identitário fomentam a produção e a institucionalização de identidades. A participação através de arranjos e agendas propostos pelo governo contribui neste processo (Machado, 2013). As consequências políticas que daí derivam ainda carecem de compreensão, todavia, tentaremos analisar algumas de suas implicações para a constituição das identidades coletivas no contexto da cidade de Belo Horizonte.

### 3. Identidades, Coletivos e Estratégias Políticas: Produções de (contra)hegemonia?

Ao estudarmos as práticas coletivas em tela, identificamos no discurso público dos grupos e na formação de unidades políticas momentâneas, os modos pelos quais emerge o reconhecimento das equivalências sociais, a formação de fronteiras políticas e os discursos sobre a condição de injustiça e a conscientização dos direitos sociais que permitiram mobilizar e acionar politicamente redes sociais na crescente comunidade LGBT do final da década de 1990. Conjugando estes elementos, segundo Prado (2002), teremos um quadro analítico capaz de compreender a constituição de identidades coletivas.

Neste tópico discutiremos a constituição de identidades coletivas a partir da formação das fronteiras políticas. Escolhemos a formação das fronteiras políticas e seus elementos identitários, como porta de entrada para a compreensão deste processo, porque jogaram um papel central nas relações com a estrutura de oportunidades políticas no contexto que analisamos. A formação de fronteiras políticas envolve os sentimentos de pertencimento grupal, as redes sociais acionadas, os valores e interesses individuais e coletivos, impactando diretamente o sistema de ação manifestado na definição das práticas grupais.

Em pesquisa anterior (Machado & Prado, 2005), identificamos uma diversidade de experiências políticas que questionava crivos teóricos tradicionais num espaço social que denominamos de “entre a economia e a cultura”. Argumentamos acerca das dificuldades de nos referirmos ao movimento LGBT no singular, em virtude da pluralidade de experiências militantes. Porém, a reconstrução histórica empreendida revela, ao mesmo tempo, uma gradativa diversificação dos atores que se relacionam a estas temáticas e uma relativa homogeneização dos discursos e práticas dos grupos de ativismo. Isto se relaciona diretamente com a redução no número de grupos militantes na cidade de Belo Horizonte e a cristalização de determinadas formas de atuação política e lugares de poder.

Se nos tópicos anteriores privilegiamos a discussão destes fenômenos em sua dimensão diacrônica, neste tópico traçaremos um mapa teórico que nos informe sobre sua dimensão sincrônica. Nossas análises nos levam a dizer que, salvo momentos pontuais, é nítida a tendência de se privilegiar o fortalecimento das identidades coletivas nos pequenos grupos, ou seja, nas ONGs<sup>10</sup>. Nas atuações conjuntas, alguma estabilidade identitária foi alcançada quando os grupos acessavam a mídia e atuavam coletivamente. Porém, estas frágeis estabilidades identitárias duraram pouco e, após a Parada de 2002, as divergências foram se tornando inegociáveis, até que o CRS abandona a organização da parada. O Grupo de Apoio e Prevenção Contra a AIDS (GAPA) também deixa de se envolver diretamente com a organização do evento em 2006.

O isolamento do CRS no âmbito da militância local está relacionado a disputas por espaços institucionais, o que já aponta para um dos efeitos da aproximação dos movimentos sociais com o Estado. Os conflitos já existentes entre o CRS e outros grupos da cidade se acentuaram após o rechaço ao nome de uma de suas lideranças para dirigir o centro de referência estadual (CRLGBT\*TI). Este grupo encerrou suas atividades, entre outras coisas, por não se adequar à política local e não ter sido capaz de manter redes de legitimação política e processos de mobilização. O viés de mercado tampouco se mostrou sustentável e as tentativas de aproximação com o Estado por parte do CRS não foram exitosas, em grande parte por conta dos conflitos com outros grupos militantes. ALEM e CELLOS apresentavam reservas quanto ao teor político dos grupos CRS e Libertos Comunicação (LC), que chegaram a ser associados a empresas. Interessante citarmos um chiste direcionado a um destes grupos, e que tem a ver com a pouca habilidade em mobilizarem militantes e capacitarem lideranças. Ao invés de serem chamados de ONG recebiam a

*Muito  
além  
do  
arco-íris*

---

10 Um fato ilustrativo da apropriação que foi feita da categoria ONG na atuação dos grupos se deu com o impedimento da participação de um militante no Comando da Parada, em virtude de sua forma de militância estar mais direcionada à internet e não possuir um registro oficial (CNPJ).

M. A. M. Prado  
e  
F. V. Machado

pecha de “ING”, “Indivíduos Não-Governamentais”. Importante ressaltar que a ALEM e o CELLOS, apesar de mobilizarem novos militantes, tampouco foram eficazes em lançar novas e expressivas lideranças.

O reconhecimento de equivalências sociais (Mouffe, 1988) desencadeado pelos sentimentos de injustiça social e pela conscientização dos direitos sociais, foi processado de forma diferente por cada grupo. Isto engendrou um universo de articulações possíveis, produzindo fronteiras políticas antagônicas. Embora os conflitos que permearam as relações entre os grupos tenham sido pautados, muitas vezes, por disputas personalistas e interesses individuais relacionados à disputa por recursos, nota-se que a cultura política, as crenças políticas e ideológicas e a formação de redes também foram cruciais para a constituição e manutenção das identidades coletivas.

Por exemplo, inicialmente a ALEM e o CELLOS articulavam redes políticas ligadas a outros movimentos sociais, tais como movimentos estudantis, feministas, ecológicos e movimento negro. Entretanto, nos últimos eventos analisados, as articulações centraram-se em órgãos e pessoas ligadas ao poder público. Os grupos que apresentavam relações com atores políticos da esquerda desenvolveram discursos e práticas com um viés transformativo mais amplo, mas gradativamente enfatizaram as especificidades LGBT, a partir do discurso dos direitos humanos, levando com que fossem assimilados pelas lógicas institucionais.

O CELLOS se tornou o principal responsável pela organização da Parada LGBT e a ALEM passou a dedicar-se à Caminhada de Lésbicas, embora siga participando da Parada. Interessante ressaltarmos que, quando a ALEM anuncia a produção da caminhada, instala-se uma polêmica em torno da crítica de que o movimento de lésbicas estaria se isolando e incentivando a fragmentação do movimento LGBT na cidade. Esta polêmica reforça a perspectiva identitária dos grupos CRS e LC de não diferenciar, mas integrar as lutas LGBT em um discurso unificado e homogeneizante. Ressalta-se, porém, que estes grupos, ao contrário da ALEM e CELLOS, não agregavam outras desigualdades em seus discursos.

Esta diversidade dos comportamentos políticos contemporâneos nos leva a conceber o comportamento político de forma complexa (Sandoval, 1997). Isto ajuda a compreender melhor as ações políticas desenvolvidas através da internet pelo presidente do LC e fundador da lista virtual BEAGAY, e como estas buscavam politizar discussões e atingir um maior número de pessoas, embora em uma perspectiva pouco mobilizatória. Estas formas de militância buscam visibilidade e conscientização de pessoas através de sites, listas de discussão e *mailings*, pela troca de informações e promoção de ações conjuntas, tais como abaixo-assinados e correntes virtuais, que constituem formas individuais de participação em espaços não-formalizados de participação política. Entretanto, estas formas de ativismo podem extrapolar os espaços virtuais e chegar até a esfera pública. O G.R.E.S. Unidos do Arco-Íris, uma escola de samba LGBT organizada por uma liderança do LC, é um exemplo de como um evento cultural pode assumir proporções políticas que reverberam internacionalmente, sem ter que acessar os espaços institucionais de participação política.

De um modo geral, os grupos tendem a priorizar, em suas atuações, espaços públicos ou privados, mais formalizados ou menos formalizados, bem como formas de militância com um maior ou menor poder de mobilização. Como percebemos em nossas análises,

a simples politização da sexualidade não garantiu a formação de uma identidade coletiva articulada entre os diversos grupos organizados. Por exemplo, terem participado juntos na organização da Parada LGBT (um evento político coletivo, no espaço público e pouco formalizado), entre outras ações, não fez com que estes grupos se unissem para fortalecer a campanha a deputado da principal liderança do CRS. A escolha dos espaços e das formas de atuação sinaliza para concepções políticas distintas e que, neste contexto, não assumiu um caráter complementar, mas excludente e de oposição.

Inicialmente, a militância junto ao CRS, embora não individual, era pouco mobilizatória e ocupava espaços privados e não-formalizados de participação. Com a entrada em uma rede mais ampla de articulações, o CRS começou a buscar financiamento público para projetos de prevenção e, com o desmembramento do grupo, a relação de sua principal liderança com vereadores e deputados fez com fosse trabalhar no gabinete de um deputado do Partido Verde, ao qual se filiou. Isto talvez revele que as origens do grupo, seu caráter empresarial e os aliados políticos que foi capaz de acionar, imprimiram mais rapidamente uma forma de atuação pouco mobilizatória, afastada das bases e orientada para a política governamental. O posicionamento assimilacionista do CRS produzia uma concepção de militância pouco interpeladora, por exemplo, por tomarem a visibilidade proporcionada pela Parada como um fim em si mesmo. Isto levantou fortes críticas por parte de outros grupos LGBT e foi determinante para o afastamento do CRS da organização da parada.

O CELLOS, assim como a ALEM, desde o princípio desenvolveu formas coletivas de militância que buscavam construir ações no espaço público. Entretanto, ao contrário da ALEM, o CELLOS foi mais hábil em sua inserção nos espaços formalizados de participação, tais como as políticas públicas, os espaços governamentais, a ABGLT etc. Isto influenciou as redes de alianças e provocou posicionamentos identitários diferenciados. Nota-se que o CELLOS foi mais assimilado pelas lógicas governamentais do que a ALEM. A aproximação entre os movimentos LGBT e o Estado trouxe diversos benefícios para a mobilização e atuação dos grupos, principalmente na produção da Parada LGBT, entretanto, engessou alguns posicionamentos e limitou o poder de crítica e interpelação dos grupos.

Para compreendermos estas consequências é importante identificar como a relação entre o Estado e os movimentos sociais pode influenciar na constituição de identidades coletivas. Buscando elementos que conectem a estrutura de oportunidades políticas e a formação de identidades coletivas, Bernstein (1997) define três níveis analíticos da identidade (empoderamento, como objetivo e identidade como estratégia política) e três formas possíveis de estratégias identitárias (identidade crítica, identidade educacional e mista<sup>11</sup>). Para a autora, estas estratégias identitárias se definem em função da estrutura organizacional dos grupos, seu acesso à política institucional, seu poder mobilizatório e da presença de oposição organizada.

---

11 Podemos definir estas estratégias identitárias da seguinte forma: a) Identidade Crítica: confronta e desafia os valores, categorias e práticas da cultura dominante, enfatizando a dicotomia Nós vs Eles e, conseqüentemente, as diferenciações identitárias; b) Identidade Educacional: busca transformar a percepção da cultura dominante em relação a uma determinada minoria, suprimindo as diferenciações identitárias e construindo legitimidade política através de temas incontroversos (assimilacionismo)

*Muito  
além  
do  
arco-íris*

M. A. M. Prado  
e  
F. V. Machado

No final da década de 1990, as ações coletivas empreendidas pelos militantes LGBT da cidade de Belo Horizonte apresentaram estratégias identitárias críticas. De acordo com Bernstein (1997), os grupos que constroem estratégias identitárias críticas são aqueles que em virtude de sua fraca estrutura organizacional e do pouco acesso às políticas estatais, buscam mobilizar um grande número de pessoas e tendem a formar fronteiras identitárias bem demarcadas. A Parada LGBT de Belo Horizonte apresentava, em suas primeiras edições, um forte caráter conflitivo, herdado das experiências pregressas de militância e desenvolvido para enfrentar a rigidez da estrutura de oportunidades políticas. Como a cidade apresentava poucas possibilidades de politização da sexualidade, compreendemos que a estratégia para constituição de fronteiras políticas se deu através de uma Identidade Crítica, que pudesse questionar os rígidos valores e práticas da cultura dominante. Vários participantes da primeira Parada estavam fantasiados por não se sentirem seguros para um *outing* público.

Em suas primeiras edições, a Parada LGBT, assim como outras ações dos grupos, confrontava mais pronunciadamente os padrões normativos, interpelando o poder público e a sociedade como um todo. A cultura hegemônica era desafiada quando homossexuais ocupavam o espaço público para expressarem o que o anonimato permitia em âmbito privado ou de mercado. Esta postura interpeladora também se revela em ações como o programa de rádio apresentado por uma liderança do grupo Guri e a candidatura a senadora de uma liderança da ALEM. As duas lideranças relataram fatos marcantes de perseguição. A liderança do grupo Guri relata ter recebido ameaças de morte, tendo trocado seu número de telefone seguidas vezes. Durante a campanha a senadora, a militante da ALEM conta que seu comitê eleitoral foi atacado com uma bomba caseira como represália à sua candidatura. Outro exemplo pode ser encontrado na declaração pública contra o prefeito Célio de Castro, que havia declarado publicamente que a homossexualidade era uma doença. Nesta ocasião os diferentes grupos se apresentaram como Movimento Homossexual de Minas (MHM) e mobilizaram diversos veículos de imprensa, levando com que o prefeito retificasse publicamente sua declaração. Uma ativista travesti relata que mostrava os seios como forma de ser recebida em órgãos públicos. O impacto midiático que os grupos buscavam, a partir de ações como a tentativa de um casal de lésbicas de casarem-se em um cartório, também pode ser compreendido nesta direção.

Ao longo da década de 2000 a Parada gradativamente começa a perder seu caráter crítico, tanto pela estereotipia provocada pela mídia, levando com que a parada fosse vista como algo exótico ou anedótico, como por sua inserção e formalização institucional, que definiu de forma mais estática as fronteiras políticas e enfocou o atrativo turístico e comercial do evento. Obviamente, não deixaram de enfrentar forte oposição, por exemplo, dos bombeiros, que impediram a saída dos trios elétricos na Parada de 2007, o que eliciou discursos mais críticos.

Percebemos que discussões mais politizadas e que incluíam outras formas de protesto, propondo a articulação com outras bandeiras de luta, muitas vezes provocaram o afastamento de militantes e participantes destes eventos. Os grupos CRS e LC estavam interessados em desenvolver uma Parada baseada na produção de uma identidade educacional, que enfatizasse o caráter festivo da Parada, daí o incômodo com as bandeiras do PSTU e com a interseccionalidade dos discursos. Interessante observarmos que, mesmo com o afastamento destes grupos (CRS e LC), a partir de 2006 o PSTU deixa de ser acionado como apoiador

do evento. Com o passar dos anos, a Parada foi crescendo em número de participantes e os grupos se estruturando. De certa forma, desde a Parada de 2005 as identidades coletivas foram se tornando mais educacionais e menos críticas. A SMADC, que desde 2002 cedia o espaço físico para reuniões, amplia e diversifica seu apoio, juntamente com a CMDH. Posteriormente, a contratação de lideranças para cargos nos centros de referência municipal e estadual também contribui neste processo.

É importante sinalizarmos que o apoio da SMADC e da CMDH não foi desinteressado, pois neste momento, as temáticas LGBT ganhavam espaço nos debates acerca dos direitos humanos e cidadania em âmbito nacional. Além disto, com a criação de coordenadorias específicas para negros, mulheres, deficientes físicos e outras minorias, na estrutura na SMADC, a CMDH recuperava visibilidade com as temáticas LGBT e, posteriormente, com a criação do CRLGBT.

A aproximação com agentes governamentais e com as políticas públicas demandou posturas mais cordiais na produção do evento, tais como a localização da concentração e o trajeto da Parada. Muitas vezes, esta aproximação impediu que os grupos articulassem a multiplicidade do fazer político com a multiplicidade dos atravessamentos identitários, perdendo parte de sua capacidade de enfrentamento, já que muitos conflitos deveriam ser negociados internamente. Muitas ações, principalmente as submersas, tinham que se adequar às demandas de seus novos aliados e legitimar os mecanismos institucionais que os apoiaram. As regras e normas para poder ocupar a rua podem ser compreendidas como uma maneira de inserir a parada no âmbito da hegemonia. O interesse e apoio da BELO-TUR também não podem ser desprezados nesta inserção.

Embora não possamos categorizar homogeneamente a produção identitária destes movimentos, pois a articulação entre estratégias críticas e educacionais acabou por engendrar modelos mistos em um grande número de ações, as fronteiras identitárias enfatizaram o isolamento dos grupos em seu cotidiano, forjando comportamentos políticos mais previsíveis e burocratizados.

#### 4. Considerações Finais

Investigamos os processos de constituição de identidades coletivas e políticas que foram e são produzidas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra LGBT. Lutas individuais e coletivas, privadas e públicas, culturais e políticas, simbólicas e estruturais que, apesar de toda sua invisibilidade e suas contradições, têm interpelado a sociedade deflagrando processos transformativos em direção à equivalência dos direitos e efetivação dos princípios de cidadania. Discutimos as especificidades destas experiências na cidade de Belo Horizonte, localizando geopoliticamente estas lutas. Essa contextualização é de suma importância, uma vez que, enquanto conflitos da modernidade, estas lutas seguem em maior ou menor grau as lógicas contemporâneas da globalização. Neste sentido, argumentamos que a posição semiperiférica de Belo Horizonte no cenário político brasileiro contribuiu para a radicalização de dilemas inerentes ao enfrentamento público e político destes antagonismos. A militância local enfrenta dilemas relativos às hierarquizações das

*Muito  
além  
do  
arco-íris*

M. A. M. Prado  
e  
F. V. Machado

narrativas históricas no Brasil, o que limita as possibilidades particulares de questionamento das relações de opressão, reproduzindo discursos hegemônicos. No Brasil o poder político-econômico foi excessivamente centralizado no eixo Rio de Janeiro/São Paulo (Marsiaj, 2003). Este posicionamento produz a invisibilidade de experiências políticas locais que trazem particularidades importantes para a compreensão do fenômeno dos movimentos LGBT.

Se até o começo da década de 2000 o mercado ainda representava um espaço promissor de recursos para a militância (Machado & Prado, 2005), recordando que a parada de São Paulo chegou a receber vultosos financiamentos do setor privado, a partir da metade desta década, cada vez mais, o Estado aparece como principal interlocutor. Entre os grupos mais alinhados a um “discurso de esquerda”, e que se tornaram os principais representantes da militância local, desde o primeiro momento foram críticos às parcerias com o mercado e enfatizaram a importância da Parada se firmar como um evento político.

O Estado e os agentes governamentais jogaram um papel de destaque nos processos de constituição de identidades coletivas e políticas. Mesmo no cenário nacional, grande parte dos grupos organizados se encontram hoje dependentes do Estado, seja para financiarem suas ações, seja organizando suas agendas em função das políticas públicas, dos eventos (como as conferências de políticas públicas, por exemplo) e arranjos participativos propostos pelos governos. O reconhecimento estatal tem se tornando um importante elemento para a legitimidade identitária dos movimentos LGBT. Neste contexto, as contradições apresentadas nos diálogos entre os movimentos sociais e o Estado sugerem que as dinâmicas sociais que operam no interior do poder estatal precisam ser mais bem compreendidas. Novas pesquisas devem analisar os processos que influenciam estes jogos políticos. Este apontamento parte do argumento de que o Estado não é um ator homogêneo e obedece a forças políticas diversas sendo, portanto, importante identificarmos a qualidade da aproximação entre os pólos da política, as forças mais amplas de oposição e quais conflitos encontram legitimidade nestes espaços. As questões LGBT muitas vezes se tornam quase invisíveis na complexa e burocracia estatal, quando não aparecem de forma negativa e marginalizada, contando com a legitimação da cultura tradicionalista, religiosa e conservadora da sociedade brasileira.

Pesquisas neste âmbito necessitarão de estratégias metodológicas arrojadas, já que, ao penetrar nesse espaço de poder, a atividade de produzir conhecimento passará a fazer parte das disputas políticas. Este ponto é relevante, sobretudo porque o discurso acadêmico/científico está cada vez mais saliente nas discussões em torno das demandas LGBT, ao mesmo tempo em que se torna dependente de legitimação política para ser produzido e/ou reconhecido nos espaços de debate, já que estes não estão mais circunscritos ao *ethos* acadêmico/universitário. Isto reafirma a importância de compreender os processos (contra)hegemônicos a partir dos antagonismos políticos produzidos entre (e não *na* ou *no*) a sociedade civil e o Estado (Prado et al, 2009).

Entretanto, ressaltamos que os pontos de (in)diferenciação entre os atores aqui apresentados – principalmente o *continuum* entre Estado e Sociedade Civil e o contato entre militância e academia – não devem ser compreendidos como uma intenção de homogeneizar o campo político ou suprimir as relações de poder que cada posição social deve reconhecer.



Ao contrário, estas (in)diferenciações e pontos de contato servem para a demarcação de papéis. Neste sentido, argumentamos que para analisar estas relações políticas é importante ter em vista a formação de fronteiras identitárias, sendo fundamental ter cautela para não nos deixarmos seduzir pelo conforto de explicações reducionistas e maniqueísmos congelados, que opõe radicalmente estes atores ou argumentam sobre sua indiferenciação.

Abrigar os movimentos sociais no interior do Estado impulsiona sua assimilação, o que por sua vez os leva a reproduzirem discursos alinhados às lógicas institucionais e governamentais. Um dos pontos de contato entre o Estado e os movimentos sociais se dá quando lideranças ocupam determinados espaços de poder no interior das instituições governamentais, o que dificulta a formação de posicionamentos críticos ao governo, bem como a manutenção de relações democráticas no interior dos grupos, já que afeta a implicação dos outros militantes que permaneceram afastados das dinâmicas destes lugares sem, contudo, produzir lideranças novas e questionadoras.

Além disto, como estes movimentos enfrentam forte oposição de grupos organizados, no Estado e fora dele, a articulação entre modelos de identidades educacionais, críticas e mistas se faz de forma bastante confusa<sup>12</sup>. Não por outro motivo, identificamos o fortalecimento das fronteiras entre os grupos militantes, acentuando o isolamento e a especialização da militância a partir de categorias identitárias fixas, dificultando a articulação dos grupos na formação de ações conjuntas. Este movimento de assimilação por parte do Estado também pode ser identificado em seu impacto na constituição das identidades coletivas dos grupos organizados. Isto ocorre quando uma liderança importante participa de espaços controlados pela lógica estatal sem deixar de influenciar nas dinâmicas internas de seu grupo de origem. Além disto, quando um grupo se adéqua aos editais de fomento ou se organiza em função dos arranjos participativos, tais como os conselhos e as conferências, provavelmente o sistema de ação que subjaz à sua identidade coletiva estará subscrito à gramática política hegemônica e ao projeto de poder protagonizado pelos governos com os quais dialoga. Recursos financeiros, no âmbito individual, atam posicionamentos políticos à subsistência cotidiana e planos de carreira, no âmbito coletivo, condicionam ações políticas à manutenção da organização grupal, além de garantir, muitas vezes, mão de obra flexível e de baixo custo que rendem dividendos políticos e eleitorais.

No caso de Belo Horizonte identificamos uma contradição importante no que tange o discurso político dos grupos que, apesar de continuarem sustentando posições relativamente críticas, não têm sido eficazes em traduzir suas demandas em ações interpeladoras e criativas. Além disto, os grupos que se caracterizavam por articular as temáticas LGBT às questões de classe, raça, geração etc., passaram a desenvolver ações e discursos mais focados e especializados no campo da sexualidade. Agregar demandas e discursos mais amplos sobre a transformação social pode ser interessante, entre outros motivos, por explicitar que as identidades individuais e coletivas LGBT não se resumem à sua dimensão sexuada, mas sim, constituem sujeitos que articulam práticas sociais, o que enriqueceria as ações de interpeleção política (Prado, Mountian, Machado & Santos, 2010). Ao contrário, os discursos

*Muito  
além  
do  
arco-íris*

M. A. M. Prado  
e  
F. V. Machado

---

12 Fatos como estes, apontam para as insuficiências do modelo desenvolvido por Bernstein(2007), mas que o espaço não nos permitirá discutir.

militantes, principalmente aqueles que se orientam pelos espaços institucionais, tendem a enfatizar categorias identitárias fixas, especializadas e, muitas vezes, essencializadas.

Embora nossos dados estejam limitados ao período entre 1998 e 2007, reações recentes de grupos conservadores e seu endosso por setores governamentais reforçam nossas observações e apontam relevantes consequências deste fenômeno, e que estão intrinsecamente relacionados ao processo de assimilação dos movimentos sociais pelo poder público. Neste contexto, nota-se que a partir de 2008 as temáticas e demandas LGBT vêm sofrendo um profundo silenciamento e, até mesmo, um significativo retrocesso na agenda e nas prioridades dos governos no Brasil. A legitimidade política e os recursos simbólico-materiais que os governos destinavam aos movimentos LGBT se encontram agora diminuídos em quantidade e qualidade. A fragmentação e desmobilização dos movimentos LGBT, em grande parte provocada pelo atrelamento às políticas institucionais, pode ser vista como um forte impeditivo para a superação destes impasses. Apesar de terem aberto novas possibilidades de inserção e desenvolvimento de políticas públicas, estas alterações cristalizaram as formas de ação política e limitaram aquilo que foi um dos principais efeitos da parada: a reinvenção política do cotidiano e o alargamento da experiência social no espaço público.

## Referências Bibliográficas

- Anjos, Gabriele. (2002). Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologias*, Porto alegre, ano 4, no 7. Jan/Jun 2002.
- Bernstein, Mary. (1997). Celebration and Suppression: The Strategic Uses of Identity by the Lesbian and Gay Movement. In. *American Journal of Sociology*. v.103. n. 3. Nov.
- BRASIL (2004). MINISTÉRIO DA SAÚDE; CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde.
- CÂMARA, Cristina. (2002). *Cidadania e Orientação Sexual: A Trajetória do Grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada.
- CASTRO, Mary. (1992) Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. In *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: n.0.
- FACCHINI, Regina. (2005). *Sopa de Letrinbas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. São Paulo: Garamond.
- GREEN, James. (2003). A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.
- MACHADO, Frederico. (2007). Muito Além do Arco-Íris. A Constituição de Identidades Coletivas Entre a Sociedade Civil e o Estado. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.
- MACHADO, Frederico. (2013). Do Estatal à Política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010). *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.
- MACHADO, Frederico; NASCIMENTO, Lúcia.; FONSECA, Carlos. (2007). Dilemas

- Contemporâneos dos Movimentos Sociais GLBT. In: Mayorga, C.; Prado, M. (orgs.). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica.
- MACHADO, Frederico & PRADO Marco. (2007). Sexualidade e Cidadania. Sociedade Civil e Poder Público na Organização da Parada GLBT na Cidade de Belo Horizonte (Brasil). In *Lês Cahiers de Psychologie politique*. Caen, França. v. 10. Fev. Disponível em: <http://lodel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=793>.
- MACHADO, Frederico & PRADO, Marco. (2005). Movimentos Homossexuais: A Constituição Da Identidade Coletiva Entre a Economia e a Cultura. O Caso de Dois Grupos Brasileiros. *Revista Interações: Estudos e pesquisas em Psicologia*, São Paulo: Unimarco, v. X. n. 19, p. 42. jan/jun.
- MACRAE, Edward. (1990). *A Construção da Igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da “Abertura”*. Campinas: Editora da Unicamp.
- MARSIAJ, Juan. (2003). Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. In *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19.
- MELUCCI, Alberto. (1996). *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOUFFE, Chantal. (1988). Hegemony na New Political Subjects: Toward a New Concept of Democracy In Nelson, C. & Grossberg, L. (ORG) *Marxism and Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press.
- ONU. (2006). *Princípios de Yogyakarta*. Painel Internacional de especialistas em legislação internacional de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia.
- ORTIZ, Renato. (2006). *Mundialização: Saberes e Crenças*. São Paulo: Brasiliense.
- PARKER, R. (2002). *Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- PRADO, Marco. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. In *Psicologia em Revista*. Instituto de Psicologia PUCMINAS. Belo Horizonte. Vol. I, nº11 – (Jun. 2002).
- PRADO, Marco.; MACHADO, Frederico.; CARMONA, Andrea. (2009), A luta pela formalização e tradução da igualdade nas fronteiras indefinidas do Estado contemporâneo: radicalização e/ou neutralização do conflito democrático? In *Interface: a journal for and about social movements*. Vol. 1 (2), Novembro, pp. 134-165.
- PRADO, Marco; MOUNTIAN, Ilana.; MACHADO, Frederico. & SOUZA, Leonel. (2010). Los movimientos LGBT y las luchas por La democratización de las jerarquías sexuales en Brasil. In *Revista Digital Universitaria*. v. 11 n. 7. Disponível em <http://www.revista.unam.mx/vol.11/num7/art68/index.html>.
- PRADO, Marco, RODRIGUES, Cristiano & MACHADO, Frederico. (2006). *Participação, Política e Homossexualidade: 8ª Parada GLBT de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- SANDOVAL, Salvador. (1997). O Comportamento Político Como Campo Interdisciplinar de Conhecimento: A Re-Aproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In Camino, L. , Louise, L. & Sandoval, S. (eds) *Estudos em Comportamento Político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1993). *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.
- SOUZA, Jessé. (1995). Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. In: *Lua Nova* no.65. São Paulo. Maio/Agosto.

Muito  
além  
do  
arco-íris

M. A. M. Prado  
e  
F. V. Machado

## Correspondência

Marco Aurélio Máximo Prado  
E-mail: mamprado@gmail.com

Frederico Viana Machado  
E-mail: fredvma@yahoo.com

## Biografia

Marco Aurélio Máximo Prado

Professor do programa de pós-graduação em psicologia e coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista Cnpq/Fapemig.

Frederico Viana Machado

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista Fapemig/Capes. Atualmente bolsista PNPd/Capes no Departamento de Pós Graduação em Educação da PUC/RS e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ambiente, Cultura e Educação.